

# O futuro do Lago Paranoá

**Em artigo intitulado "Será negro o futuro do lago azul?", o professor e engenheiro agrônomo do Departamento de Biologia Vegetal da UnB, José Carmine Dianese, MS e PhD, pela Universidade da Califórnia, fala sobre a despoluição do Lago Paranoá e propõe providências mais amplas, inclusive a proibição da expansão da agricultura em sua bacia e a remoção dos favelados e "invasões" da área. Eis o que diz o professor.**

"O problema do lago de Brasília não é apenas o de uma massa de água isolada ou uma gigantesca piscina.

Sendo artificial, o lago possui problemas resultantes de pecados originais, alguns deles vinculados à própria ocupação pelas águas de uma bacia coberta por vegetação e contendo, segundo afirmam alguns pioneiros, numerosos barracos, acampamentos inteiros, fossas e refúgio de construção.

Esta massa orgânica do fundo do lago foi decomposta e parte dela talvez ainda esteja em decomposição.

Formado o lago, o Núcleo Bandeirante já existia e avançava a construção do Plano Piloto e a implantação da Península Sul, cidades-satélites do Guarã I e II, Gama e mais recentemente desenvolve-se a Península Norte. Tudo isto em apenas 23 anos e envolvendo a implantação de uma massa humana flutuante superior a um milhão de habitantes na bacia do lago.

Hoje, sabe-se que o esgoto do Núcleo Bandeirante é lançado diretamente ao Córrego Vicente Pires, que cai no já poluído Ribeirão do Gama e este, como se já não bastasse, ainda recebe o afluente de três lagoas de decantação do esgoto do Guarã, já saturadas — e desagua tudo isto no Lago Paranoá. O outro curso de água que forma o lago, pela sua extremidade sul, recebe toda a poluição agrícola do Núcleo Rural de Vargem Bonita. Em melhor estado está o Ribeirão do Torto, no setor norte do lago, que vem do Parque Nacional de Brasília e ainda está em condições razoáveis.

Se de um lado, a maioria da água do lago é originalmente poluída, ele ainda recebe um complemento poluidor importantíssimo das estações de tratamento de esgoto, que retiram a porção sólida dos dejetos do Plano Piloto, porém lançam ao lago os sais solúveis (fosfatos e nitratos) que irão enriquecer nutricionalmente o sistema líquido, a ponto de permitir o crescimento explosivo de algas, resultando em morte dessas e fermentação de grandes massas orgânicas, e gerando explosões de mau cheiro e morte por asfixia de peixes, muito frequentes nos dias atuais.

Para evidenciar o desequilíbrio já facilmente detectável, basta ver a explosão de água-pés no lago sul. A CAESB, num esforço de emergência, tem adotado a sulfatação (aplicação de sulfato de cobre) dos afluentes das estações de tratamento. O sulfato é aligicida e esta medida remedia o problema, porém sabe-se que com o tempo as populações de algas resistentes ao sulfato de cobre serão selecionadas e tenderão a crescer, tornando o tratamento inútil.

Além disso, a ocupação empírica da bacia como um todo tem levado ao assoreamento dos tributários do lago. Sabe-se que no Ribeirão do Gama a extensão assoreada atingiu 1 Km nos últimos dez anos. E, no entanto, impossível prever o volume

de solo e detritos já acumulados no fundo do lago nos últimos 20 anos. Este acúmulo é em detrimento de um maior volume de água, sempre desejável à saúde do próprio lago. Como se o assoreamento apenas não bastasse, a ocupação indevida da bacia por barracos e favelas sem um mínimo de estrutura — aí estão o Varjão e outras invasões no Lago Norte e a Invasão do Paranoá ao Sul, além de centenas de barracos espalhados pela ampla extensão do cerrado, na bacia do Lago.

Em um país de clima tropical, com temperaturas favoráveis ao crescimento da biomassa durante todo o ano, seria um milagre manter-se em equilíbrio um lago como parte de um ecossistema urbano sem que cuidados especiais fossem tomados.

Assim, se pensamos seriamente em preservar este lago como um marco de nossa capital e um patrimônio a ser legado às futuras gerações, a problemática do Paranoá deverá ser vista sob uma ótica diferente da abordagem simplista até o presente adotada. O contexto, a dimensão ecológica, tem que ser o traço marcante de um esquema filosófico capaz de garantir a sobrevivência desse tesouro estético, que além disso é o digestor final dos resíduos biológicos de nossa cidade e, ao mesmo tempo, fonte complementar de proteínas para alguns milhares de brasileiros que aqui vivem.

Ignorar-se a fragilidade de um sistema lacustre é ignorar uma verdade ecológica plenamente estabelecida. O equilíbrio do lago depende de água pura e de um manejo racional do solo e da vegetação que o cercam.

Os sinais de saturação da bacia aí estão e a degenerescência do Paranoá poderá levar mais alguns anos ou décadas além do que se possa prever, caso o ritmo e a má qualidade do sistema de ocupação da bacia do lago sejam mantidos.

A perenização do lago Paranoá, como um monumento nacional, tem implicações sócio-econômicas profundas que englobam a limitação do crescimento das cidades-satélites situadas em suas vertentes, a não implantação de novos núcleos habitacionais em suas margens, até que um tratamento de esgoto a nível terciário seja implantado, a remoção de grande maioria das favelas e barracos, com a realocação das populações em áreas urbanizadas e com esgoto tratado, limitação da atividade agrícola — ou mesmo sua abolição da bacia do lago.

Oportuníssima seria a implantação de uma política efetiva de controle da erosão do solo, a extensão do reflorestamento estético e perene na bacia do lago, a não-utilização de pesticidas clorados na bacia, o peixamento sistemático do lago, acompanhado de uma efetiva proibição da pesca com rede e tarrafa, para que se mantenha uma fauna herbívora ativa no lago.

Somente a abordagem ecológica é capaz de integrar estas atividades e de nos dar a devida dimensão deste problema, que afinal de contas é talvez mais crucial desta cidade que não poderá sobreviver como Capital que é, às margens de um lago podre.

As futuras gerações devemos um lago tão azul quanto o que encontramos aqui chegar. A garantia deste legado está em um manejo eficiente de todo o ecossistema do Paranoá, sendo de todo oportuno que o governo dê o máximo de prioridade à ideia, agora timidamente defendida por alguns, da criação de uma Secretaria do Meio Ambiente em Brasília, com força e prestígio capazes de assegurar o equilíbrio do lago

para o bem de nossa capital e a satisfação e orgulho das futuras gerações de brasileiros.

Não se pretende um lago plácido e belo, capaz de atender apenas às ambições estéticas de uma elite, mas sim uma imensa área de lazer para todos os brasilienses, sem poluição, com águas puras e peixes saudáveis, conforme idealizaram os criadores de Brasília.

Além disso erram os que pensam ser o lago Paranoá apenas uma área para as elites, pois a saúde do lago é vital à sobrevivência da própria cidade e do seu apodrecimento determinará a queda da qualidade da vida em Brasília a níveis incompatíveis com a sua condição de capital do país.

Toda expansão urbana na bacia do Paranoá deverá ser reestudada até que se resolva em definitivo os problemas de poluição que ora a afligem. Qualquer medida que aumente a sobrecarga do lago, em termos de afluentes, deve ser contida. A ausência de uma política baseada em princípios científicos sólidos leva a incongruências injustificáveis. Assim é que através de um vultoso convênio com o BNH o governo do Distrito Federal pretende despoluir o Lago através do tratamento dos esgotos o que é muito bom, mas ao mesmo tempo, planeja "repoluir" o mesmo Lago expandindo o Núcleo Rural da Vargem Bonita. Todos sabem que o único e inevitável destino dos resíduos de fertilizantes e pesticidas ali aplicados será o Lago Paranoá, porém ausente uma política ecológica para a área, não se analisou as alternativas de expandir outros núcleos rurais ou mesmo ocupar efetivamente com agricultura aqueles que possuem capacidade ociosa.

Assim a mata ciliar que compõe parte da reserva da fazenda Água Limpa, da UnB, poderá ser transformada no Núcleo Rural da Vargem Bonita 2, o que provocará fatalmente o aumento da poluição de origem agrícola e assoreamento do lago. Esse projeto merece um reestudo, pois embora seja indiscutível sua viabilidade econômica, ele talvez não resista a uma crítica se for analisado o seu aspecto ambiental. Na implantação do novo núcleo rural, além das perdas iniciais de solo e vegetação, gerando erosão e assoreamento, estará ampliada em caráter permanente a poluição do Lago por resíduos agrícolas. Este processo poluidor se de um lado é lento do outro é na prática irreversível, dado o altíssimo custo envolvido na despoluição. Outras áreas, como por exemplo, o Vale do Rio Maranhão, tão próximos do Plano Piloto quanto a Vargem Bonita, seriam preferíveis por não comprometerem este Lago, hoje motivo de orgulho de todos nós.

Acredito que se for dada ao lago a real importância que lhe cabe dentro do ecossistema brasiliense, uma reorientação política deverá presidir a ação do governo do DF a ponto de colocar a problemática ambiental de Brasília a níveis compatíveis aos dos setores de saúde, educação e agricultura. Isto porque, se é vital a solução do problema do lago, esta solução implica em ações que vão muito além do lago em si e das estações de tratamento da CAESB, conforme ficou demonstrado. Se à CAESB cabe a pesada e importante tarefa de prover água e esgotos, sua simples hipertrofia não levará à solução do problema do lago, que envolve aspectos ambientais amplos, capazes de serem abordados satisfatoriamente apenas em instância superior e muito mais abrangente".